

PARA UMA HISTÓRIA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO

As sedes

O instituto, instalado no dia 28 de janeiro de 1862 no Salão da Biblioteca Provincial, localizada no Convento do Carmo do Recife, ocupou provavelmente alguma sala do mesmo Convento para suas sessões ordinárias. Em 1866 alcançou melhores condições de funcionamento, com a instalação de uma secretaria em sala contígua à da Biblioteca, decorada com mobília própria, graças à cooperação do seu Tesoureiro interino, Dr. Amaro Joaquim Fonseca de Albuquerque, o qual, "adiantando as despesas que se fizeram necessárias", com "louvável procedimento", mereceu o voto de gratidão da casa, proposto pelo Padre Lino em sessão de 23 de agosto de 1866. Ofício de agradecimento foi dirigido também ao padre Provincial da Ordem do Carmo, "pela benevolência com que consentiu fazer-se as obras necessárias para a secretaria do Instituto".

Essa instalação permitiu-lhe abrir sua sede com regularidade, para o que no mesmo ano de 1866 admitiu o seu Primeiro funcionário. Aquele mesmo Tesoureiro em sessão de 9 de agosto, declarou "haver quem se preste a ser Amanuense da secretaria do Instituto, gratuitamente, enquanto lhe não possa arbitrar um ordenado razoável"; foi então aprovada a admissão desse amanuense, sendo mais tarde fixado o seu ordenado em 300\$ anuais, a ser pago a partir de 12 de setembro daquele mesmo ano. Chamava-se ele Demétrio Acácio de Albuquerque Melo, pernambucano, falecido jovem, ainda a serviço do Instituto. Pereira da Costa, seu amigo e sucessor no cargo, fez-lhe o elogio em artigo de jornal e em folheto.

Teria sido desde 12 de setembro de 1866 que passou a funcionar regularmente a secretaria do Instituto, franqueados "à curiosidade pública" o seu museu e "à consulta de qualquer pessoa" o seu arquivo. O horário de trabalho era das 10 horas da manhã às 2 horas da tarde. As sessões de aniversário, em assembléia geral, continuaram, porém, a ser realizadas no próprio salão da Biblioteca Provincial, cedido pelo Bibliotecário e também sócio-fundador do Instituto, Padre (depois Cônego) Uno do Monte Carmelo Luna. Já no fim de 1866 ao amanuense foi ajuntado um contínuo servindo de porteiro; Joaquim Jerônimo da Conceição, a contar de 20 de dezembro; percebia a gratificação anual de 60% e mais 20% do que arrecadasse de jóias e mensalidades dos sócios.

No Convento do Carmo esteve o Instituto até que a Biblioteca Pública foi mudada para o "palacete" da Câmara Municipal, localizado no então Campo das Princesas (hoje Praça da República), de onde então tinha saído a Assembléia Provincial. Era o belo sobrado de fachada de azulejos, projetado por José Mamede Alves Ferreira e fora de propriedade do médico português (naturalizado brasileiro) Dr. José Joaquim de Moraes Sarmiento. A notícia da mudança da Biblioteca chegou ao Instituto em meados de 1874 e os sócios manifestaram a sua preocupação por não estar O Instituto "em circunstância de poder pagar aluguel de uma casa com as acomodações indispensáveis para instalar-se", pelo que se resolveu dirigir uma representação ao Presidente da Província, no sentido de conceder que "o Instituto continue a ocupar parte do edifício para onde tem de seguir a mesma Biblioteca, pelo menos enquanto o Instituto se não coloca em circunstâncias de obter uma casa como precisa". Assim se fez, ao que respondeu o Secretário da Presidência de que oportunamente seria considerado o pedido. Em 18 de fevereiro de 1875 o Presidente, o pernambucano Henrique Pereira de Lucena, comunicou por ofício que punha à disposição do Instituto "os compartimentos do andar térreo do palacete em que funciona a Ilustríssima Câmara Municipal, onde ultimamente esteve a Recebedoria das Rendas

Gerais, ficando assim satisfeita a mais urgente necessidade dessa instituição". Recebeu o Instituto duas salas térreas do lado da Rua do Imperador, tendo sido decidido, em sessão de 4 de março, que se agradecesse a Lucena "o grandioso serviço prestado ao Instituto". Em data de 11 março estava o Instituto instalado na sua nova sede. Mas durou pouco a satisfação, pois em 15 de março Lucena pediu que o Instituto pusesse à disposição uma das salas para nela serem colocadas as máquinas e instrumentos agrícolas a serem exibidos na Exposição Provincial, que veio a ser aberta ao público em 4 de julho de 1875. Depois da Exposição a sala voltou a ser cedida pelo Presidente da Província, em caráter permanente, a um serviço público: o de aferição de pesos e medidas. Era tal sala a mais ampla e mais cômoda das duas cedidas, de modo que desde março o Instituto teve que se espremer numa só sala, e esta "não servindo bem às sessões do Instituto, nem acomodando bem o seu arquivo e o seu museu". Além disso o serviço de aferição de pesos e medidas, seu vizinho, era, por sua natureza e freqüência, "estrepitoso". Codeceira propôs em julho que se procurasse casa suficiente onde se pudesse dar prosseguimento às sessões e trabalhos, sendo designada uma comissão especial para oferecer parecer. Este foi apresentado em 19 de agosto e nele se propunha que o Instituto deixasse o "palacete" da Câmara e se transferisse "para uma localidade mais apropriada e estável", apontando como tal "um grande, claro e arejado salão" do Convento de Santo Antônio, ao lado do "palacete", o qual os Religiosos tinham concordado em alugar mediante contrato, à razão de 200\$ anuais. Aprovada a proposta em sessão de 19 de agosto, o Instituto mudou-se em fins do mesmo mês para sua nova sede, a terceira desde sua fundação. Aí, em edita! datado de 21 de novembro de 1876, voltou o Instituto a comunicar ao público que franqueava "a sua biblioteca, arquivo e museu à curiosidade e à consulta de qualquer pessoa, quer seja sócio, quer não, todos os dias úteis, das 10 da manhã às 2 da tarde".

Não dispomos de informação para identificar o "grande, claro e arejado salão" do histórico Convento Franciscano do Recife, para onde se transferiu o Instituto. Entretanto, apesar das condições vantajosas, o fato de ser localizado num Convento não devia ser favorável aos objetivos do Instituto. Codeceira apresentou em sessão de 19 de abril de 1877 um projeto, visando a compra ou a construção de um edificio-sede, mediante a constituição de uma sociedade por ações aberta à subscrição pública; uma comissão designada para oferecer parecer a respeito não viu possibilidades na proposta apresentada e sugeriu três soluções: apelo ao patriotismo pernambucano; concessão de loteria especial, com o lucro a ser aplicado ao fim visado; a obtenção de um empréstimo. Acrescentou a comissão que a quantia mínima para comprar ou edificar "casa suficiente para o Instituto" era de 28:000\$, mas as condições da Província naquela altura, em plena seca de 1877, não permitiam que se pudesse esperar auxílio em dinheiro, quer de particulares, quer dos cofres públicos. "A Comissão procurou alguma casa de condições convenientes e nenhuma achou tão apropriada como o prédio que o Governo Provincial construiu na Rua da Concórdia. Esse prédio, que se destinava para escola, hoje, segundo consta, não tem aplicação alguma. Bem podia o Instituto conseguir do Governo, por qualquer título, essa casa que muito pode servir." Se o Instituto preferisse construir o seu edificio, a Comissão indicava para isso um terreno ao nascente do Campo das Princesas. Foi preferida a primeira indicação e nomeou-se nova comissão para se entender com o Presidente da Província.

O edificio pretendido fora construído (Lei nº 1.027, de 21 de março de 1872) para servir a uma "Escola Modelo", de instrução elementar para ambos os sexos; tinha planta especial, formada por dois blocos de forma oval, unidos por uma passagem central que dava acesso aos blocos; externamente o edificio tinha a planta em forma de um oito. Fora projeto do Engenheiro chefe das Obras Públicas, José Tibúrcio Pereira de Magalhães. A comissão foi bem sucedida e já

em sessão de 17 de maio foi lido o ofício da secretaria da Presidência, do dia 15, autorizando o Instituto a se instalar "na parte do edifício da Escola Modelo que se acha desocupada", que era o bloco sul. Localizava-se ela não propriamente na Rua da Concórdia, como ficou dito, mas na Rua do Sol n° 17, que tal era o seu endereço exato. O plenário do Instituto deu ordem para mudança imediata e, embora não conste a data da transferência para a Escola Modelo, já lá estava em meados de junho de 1877, pelo que foi de menos de dois anos a permanência no Convento Franciscano de Santo Antônio.

Seria ideal que o Instituto pudesse ocupar os dois blocos do edifício, pensavam os sócios. Em junho do mesmo ano constou que o lado norte seria desocupado e, construído para escola o edifício, o Instituto considerou que se ele se propusesse a concorrer "para o desenvolvimento da instrução" poderia alcançar licença para ocupar todo o prédio. Em sessão de 28 de julho de 1877 foi sugerida a criação de aulas gratuitas de História do Brasil, de Geografia e de Geometria e considerou-se que "como esta parte em que atualmente funciona não tem proporções para tal fim e constando que vai ser desocupado o raio norte desta casa" foi proposto "que se solicite da Presidência a cessão do mesmo raio, que além de se prestar a essas aulas, igualmente serve para melhorar a disposição necessária dos diversos objetos que constituem o museu assim como a biblioteca do Instituto". Ulisses Viana propôs que, em vez daquelas matérias, fossem organizadas conferências "sobre pontos históricos já verificados pelo Instituto ou obscuros segundo a narração dos históricos", proposta que foi também aprovada como aditiva à primeira. Uma comissão entendeu-se a respeito com o Presidente da Província e já no mês seguinte consta da ata que Sua Excelência atendera o pedido, concedendo o bloco norte para nele ser estabelecido o curso gratuito que o Instituto se propunha oferecer ao público. Em agosto foi organizado e aprovado o "regulamento" do curso e das conferências, inscrevendo-se em setembro 54, alunos sendo 23 em Aritmética, 21 em Geometria e apenas 10 em História do Brasil; em outubro já eram 64 os matriculados. Os professores eram todos sócios do Instituto e os cursos prosseguiram em 1878.

Em 1879 a Assembléia Legislativa Provincial aprovou um projeto de lei, sancionado pela Presidência da Província, sob n 1.430, de 27 de maio, pela qual o prédio da Escola Modelo era cedido em usufruto para sede do Instituto. Tinha este, assim, pela primeira vez, sua sede própria. Entretanto, vez por outra, o Governo solicitava a utilização de salas do edifício para fins especiais, nem sempre compatíveis com os interesses da instituição, com um arquivo, uma biblioteca e um museu a preservar. Em 1884 houve mesmo um caso grave. Marcada para ali funcionar a 21 seção eleitoral da paróquia de Santo Antônio, no dia 12 de dezembro, o presidente da mesma, Dr. Manuel Francisco de Barros Rego, quis ocupá-la desde a véspera. Não havendo comunicação disto e sendo o dia 30 de novembro santificado, o Instituto estava fechado. A autoridade mandou arrombar a porta, "antes de participar essa necessidade e de pedir para que fosse aberta". O Instituto protestou ao Presidente da Província e solicitou-lhe que mandasse reparar os danos causados. Em 1885 ali funcionou uma "seção do pluviômetro"; em 1887 outra vez uma seção eleitoral, com novo protesto da casa "visto correrem risco de ficarem deteriorados os objetos importantes existentes no salão, nos dias de eleição, pela grande aglomeração de pessoas que aí concorrem"; na República, em 1891 e 1892, a situação permaneceu, sendo que a pedido de um sócio, o Dr. Manuel Portela Júnior, foi permitido que nele funcionasse, em 1891, o Instituto Comercial "ultimamente organizado". Em 1889 cogitou-se da colocação de um gradil de ferro em torno do edifício, para evitar que desocupados estivessem a reunir-se em torno dele.

Aí esteve o Instituto até 1911, quando, na administração do Prefeito da Capital Arquimedes de Oliveira e Sousa, foi o prédio demolido por utilidade pública, a pretexto de abrir

área para construção e ajardinamento da Praça Joaquim Nabuco. A demolição foi feita da forma mais brutal, sem dar tempo ao Instituto de obter outra sede para onde se transferir com seus objetos e seus papéis atirando a Prefeitura "seus haveres desapiedadamente num salão sem higiene nem área do Ginásio Pernambucano e as relíquias arqueológicas no quintal do mesmo Ginásio, estando quase tudo estragado e muitos quadros inutilizados". Infelizmente esse despejo encontrou o próprio Instituto e sua elite cultural divididos entre "rosistas" e "dentistas", com o único momento em que se verificou dualidade de mesas diretoras e paralisante recurso ao judiciário, com decisões que favoreceram sucessivamente a ambas as facções e que ao fim de tudo trouxeram enormes prejuízos ao Instituto. E mais para sentir foi que àquele Prefeito, sócios do Instituto, adeptos do "dantismo", à frente dos quais estava ninguém menos que Francisco Augusto Pereira da Costa, concederam o título de sócio honorário, em sessão de 28 de julho de 1911, "em atenção aos relevantes serviços prestados em prol da restauração legal do Instituto", entendendo-se como "restauração legal do Instituto" o ganho de causa momentâneo do dito grupo. Um ano depois, em 27 de junho de 1912, Mário Melo restaurou a honra do Instituto, propondo e obtendo em plenário a cassação do título a que o beneficiado não fazia jus, pois que tal título, pelo artigo 10§ o único dos Estatutos então vigentes, somente poderia ser conferido "a pessoa que por sua idade provecta, junto ao consumado saber e distinta representação", estivesse em circunstância de justificar a escolha, o que não era o caso do então Prefeito do Recife.

Com o apoio do General Dantas Barreto, com a aprovação do decreto legislativo nº 1.253, de 6 de junho de 1914, foi mandado conceder ao Instituto terreno onde construir sua sede: pela lei nº 775, de 3 de dezembro de 1915, a Prefeitura do Recife, reconhecendo que em proveito seu fora demolido o prédio do Instituto para o ajardinamento da Praça Joaquim Nabuco, cedeu o terreno indicado pelo Instituto à Praça Barão de Lucena, o qual foi demarcado e assinalado, lavrando-se o termo de cessão em 7 de abril de 1916.

Sem condições de utilizar o terreno cedido, para construir sua sede com recursos próprios, foi-lhe necessário esperar melhores tempos, em que pudesse encontrar apoio de Governador mais consciente do papel do Instituto. Ocorreu isto com o sucessor do General Dantas Barreto, o qual sem ser, como este, intelectual e membro da Academia Brasileira de Letras, foi um pernambucano que veio cumprir a promessa não honrada por aquele. É de 1918 a planta do Arquiteto José Orosco para o prédio que o Estado se propunha a construir; dada a urgência da sede própria, em maio o Governador manifestou preferência por um prédio na Rua do Hospício, fazendo-se nele as adaptações necessárias, podendo o Instituto vender o terreno que possuía na Praça Barão de Lucena. Finalmente, em 22 de agosto de 1918 o Governo adquiriu em hasta pública o sobrado nº 10 da então Rua do Visconde de Camarajibe, antiga e atual do Hospício, edificado em terreno foreiro e pertencente ao espólio de D. Maria Madalena de Queiroz Viana, em cumprimento do decreto legislativo nº 1.253, de 6 de junho de 1914, pelo preço de 47:000\$, para nele ser instalado o Instituto, que o usufruirá enquanto existir. A escritura de doação do imóvel ao Instituto está datada de 23 de setembro de 1918. Era então Presidente do Instituto o Desembargador Primitivo de Miranda Sousa Gomes.

O prédio estava ocupado desde 22 anos antes, isto é, desde 18%, pelo Ginásio Aires Gama, fundado e dirigido pelo filho do seu patrono, Alfredo Gama. Aires Gama era filho de Bernardo José da Gama, visconde de Goiana, e fora sócio-efetivo do Instituto. O Ginásio fundado pelo filho era um dos melhores educandários da época, inclusive com um internato; nele estudaram muitos pernambucanos e nordestinos, alguns dos quais vez por outra visitavam o Instituto para rever a casa onde viveram anos da meninice.

No início de 1919 começaram as obras de adaptação do prédio e verificou-se então o seu

mau estado de conservação. O Instituto despendeu nesses trabalhos todo o pequeno patrimônio que possuía e, devidamente autorizado pelos doadores, certa quantia que havia sido arrecadada para a construção de um monumento aos revolucionários e mártires da Revolução Republicana de 1817. Foi encarregado da obra, pois a isso se havia oferecido, o Engenheiro Adolfo Morales de los Rios, que planejou inclusive uma nova fachada para o prédio, em estilo manuelino, como o fizera antes o Arquiteto José Orosco, quando se havia pretendido a construção da sede. Felizmente a falta de dinheiro não permitiu que se consumasse esse terrível projeto, de maneira que, externamente, o edifício não sofreu modificação, como se comprova de comparação com fotografias do Ginásio Aires Gama.

Em sessão magna realizada em 10 de novembro de 1920 foi inaugurada a atual sede do Instituto, restaurada internamente no ano de 1970 e, depois interna e externamente no ano de 1986.

Fonte: MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Revista Acadêmica Pernambucana de Letras** n° 30. Recife, dez., 1985.